



## TRÂNSITO

# Fux reforça o rigor da Lei Seca

Presidente da Suprema Corte afirma ser constitucional punir motorista que se recusa a soprar bafômetro. Ele é contrário à venda de bebida alcoólica em rodovias. Outros ministros votam hoje

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, na sessão plenária de ontem, a análise de três processos que questionam artigos da Lei 11.705 de 2008, conhecida popularmente como Lei Seca. Os itens a serem analisados são: proibição da venda de bebida alcoólica nas rodovias federais e a validação da multa para o motorista que se recusa a fazer o teste do bafômetro. Até o momento, apenas o ministro Luiz Fux, relator dos processos, votou. Ele considerou ser constitucional punir o motorista que não sopra o bafômetro e também se declarou a favor da proibição da venda de bebidas às margens das rodovias. O julgamento será retomado na tarde de hoje, com o voto dos demais integrantes da Corte. “Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das

sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa”, declarou o presidente do STF. As ações chegaram ao Supremo por meio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). As entidades pedem, em dois processos diferentes, a revisão de itens da lei que restringem a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.

### Salvo-conduto

Para a Abrasel, a lei apresenta diversas inconstitucionalidades e tira o foco de outras políticas públicas para combater o número de acidentes e mortes no trânsito. “Serve como um salvo-conduto para que as autoridades



**A imposição de sanções administrativas ao motorista que se recusa à realização dos testes constitui o único meio eficaz de garantir o cumprimento da norma proibitiva”**

Luiz Fux, presidente do STF

deixem de cuidar de campanhas de educação, da segurança nas estradas, de diversos outros problemas que causam mortes no trânsito, além de não prestarem conta à sociedade de maneira que possa acompanhar indicadores efetivos”, afirmou Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel, ao **Correio**. No caso do bafômetro, a Corte julga um recurso do Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS) para reiterar a aplicação de multa contra um

motorista que se recusou a fazer o teste para atestar ou não o consumo de bebida alcoólica. Ele foi multado e recorreu à Justiça para alegar que não pode ser punido ao se recusar a soprar o equipamento. O condutor argumentou que não havia sinais de embriaguez, e, por isso, não há infração. No entanto, para o Detran, é razoável a multa diante da recusa, pois ela impede a fiscalização nas vias. Luiz Fux citou pesquisas científicas que indicam que não há nível

seguro de consumo de álcool entre motoristas e que todo condutor deixa de ser considerado responsável, após a ingestão de álcool. “A imposição de sanções administrativas ao motorista que se recusa à realização dos testes constitui o único meio eficaz de garantir o cumprimento da norma proibitiva”, concluiu o magistrado. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), é constitucional punir o motorista que se recusa a fazer o teste do bafômetro. Pela legislação, quem se recusa a fazer “teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa” comete infração gravíssima. A punição é alta: multa de R\$ 2.974,70; suspensão do direito de dirigir por 12 meses; recolhimento da habilitação; e retenção do veículo. Atualmente, a tolerância é zero para qualquer nível de álcool no organismo.

## >> DEU NO

www.correio braziliense.com.br

### Ciclone no RS deixa mais de 200 mil sem luz

A passagem do ciclone Yakecan pela costa leste do Rio Grande do Sul deixou vários municípios sem energia elétrica. No total, mais de 200 mil pessoas ficaram sem luz. No Hospital Getúlio Vargas, em Tramandaí, parte do telhado foi arrancada com a ventania. No local, havia 14 internados, que foram remanejados para outra ala da instituição, sem ferimentos. Em Porto Alegre, a prefeitura suspendeu as aulas da rede municipal pela manhã. Na noite de terça-feira, 568 pessoas em situação de rua foram acolhidas em razão do frio em albergues, pousadas e no Ginásio Tesourinha, na região central da capital gaúcha.

### Desmatamento se concentra em terras de RR

Das 10 terras indígenas mais ameaçadas pelo desmatamento no Brasil, cinco estão em Roraima. Os números foram divulgados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). O estado mais setentrional do país superou o Pará. As cinco localidades de Roraima que estão na lista são: Manoá/Pium, Moskow, Raposa Serra do Sol, São Marcos e Waimiri Atoari, que aparece com a segunda terra indígena mais pressionada pela degradação ambiental no país.

### Dois policiais rodoviários são mortos no CE

Dois policiais rodoviários federais morreram a tiros no km 6 da BR-116, em Fortaleza, por um homem também morto durante o confronto. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), os agentes foram identificados como Márcio Hélio Almeida de Sousa e Raimundo Bonifácio do Nascimento Filho. O suspeito do crime também foi morto a tiros por um policial de outra corporação, que estava passando pelo local, à paisana.

### Criança autista fica isolada por 12 dias em MG

O drama de um menino autista, de seis anos, comoveu a comunidade de São Sebastião do Paraíso, no sudoeste de Minas. O garoto é filho de uma mulher de 39 anos, encontrada morta em casa. Na noite de segunda-feira, o funileiro Elias Souza foi até a casa da irmã, Ana Paula, porque ela não respondia ao contato dos familiares havia dias. Ao entrar na casa, o homem encontrou o corpo da irmã em avançado estado de decomposição. Na cozinha estava o filho da mulher, que não conseguiu relatar o que havia acontecido. O Instituto Médico Legal constatou morte por infarto do miocárdio. Conforme o laudo, a morte pode ter ocorrido há mais de 12 dias. Nesse período, o garotinho se alimentou do que havia na mesa.

## Orlando Brito vira nome de galeria

Um dos maiores fotógrafos da imprensa brasileira, o fotógrafo Orlando Brito teve 16 imagens projetadas na cúpula do Museu Nacional da República na noite de ontem. Ainda na quarta-feira, a Galeria Central do Espaço Cultural Renato Russo foi batizada com o nome de Orlando Brito. Ele morreu em 11 de março, por complicações de câncer. “Brito é um nome que não pode cair no esquecimento, pois teve sua carreira toda ligada à Brasília. Com seu olhar, nos ajudou a entender a velha máxima de que a imagem muitas vezes vale mais do que mil palavras”, disse o secretário de Cultura, Bartolomeu Rodrigues, ao **Correio**.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



## CB.PODER

# País precisa dobrar número de defensores

» RAPHAEL PATI\*

Hoje é o Dia Nacional da Defensoria Pública. Instituída há 20 anos, a data lembra a necessidade de expandir esse serviço que auxilia o cidadão em diversas situações. O Brasil conta atualmente com 6.235 defensores públicos em todo o país. O número indica que há um defensor disponível para cada 34 mil brasileiros. Segundo estudos elaborados pela categoria, seria necessário dobrar a quantidade desses profissionais para atender à demanda. A necessidade de aumentar o número de defensores públicos no país é uma bandeira defendida por Rivana Ricarte, presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). “A nossa maior luta é pela expansão da defensoria, para ter orçamento para realizar concursos, para que a gente possa ter mais defensores nos mais diversos lugares do país”,

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Rivana Ricarte (E) conversa com a jornalista Denise Rothenburg: campanha sobre direitos do cidadão

disse, em entrevista ao programa **CB.Poder**, parceria do **Correio** com a TV Brasília. Ricarte defendeu também a

inclusão dos defensores públicos na PEC 63, que trata do quinquênio para servidores do Judiciário: “Do jeito que (a PEC) está hoje, (a

defensoria) não (vai ser contemplada)”, comentou a presidente da Anadep. Em 2013, quando a PEC foi

apresentada ao Congresso, a defensoria pública ainda não possuía autonomia orçamentária e financeira, segundo a dirigente da associação. Entretanto, no ano seguinte, essa autonomia foi garantida, o que, para a entrevistada, confere ao cargo de defensor público a possibilidade de ser incluído na proposta. Ricarte ainda ressaltou a importância de atender e conscientizar a população carente sobre os seus direitos. Ela explicou a campanha anual da Anadep, voltada para esse fim. “A campanha deste ano é Onde há Defensoria, há justiça e cidadania. A gente compreendeu que, com a volta do [trabalho] presencial, com toda essa vulnerabilidade digital que surgiu, é preciso afirmar que a defensoria precisa estar no território. A defensoria estando ali, é possível garantir esse acesso à justiça”, reforçou a presidente da Anadep.

\*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza